

MERCADOS



Bolsa mantém os 135 mil pontos e fecha com a 6ª alta seguida

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) alcançou máxima desde setembro de 2024, aos 135,7 mil pontos, mas diminuiu expressivamente os ganhos no período da tarde de ontem. Não houve fator para azedar o sentimento do mercado, mas também não houve novidades para estimular um avanço mais forte, de modo que a sexta alta consecutiva da Bolsa ocorreu em um dia em que o giro financeiro foi menor do que a média diária de R\$ 23 bilhões.

Por fim o Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou aos 135.015,89 pontos, com alta de 0,21% e giro financeiro de R\$ 20,4 bilhões. Na máxima intradia pela manhã, chegou aos 135.709,27 pontos (+0,72%), maior nível desde 16 de setembro.

BC/Focus

Mercado reduz previsão de inflação para 5,55%

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – passou de 5,57% para 5,55% este ano. A estimativa está no Boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,5% para 4,51%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em março, a inflação fechou em 0,56%, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar dessa pressão, o IPCA perdeu força em relação a fevereiro, quando marcou 1,31%. No acumulado em 12 meses, a inflação soma 5,48%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em um ponto percentual na última reunião, em março, o quinto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação na expansão. Segundo o BC, a inflação cheia e os núcleos – medida que exclui preços mais volá-

DÓLAR

O dólar se firmou em baixa ao longo da tarde, furou o piso de R\$ 5,65 e emendou ontem, o sétimo pregão consecutivo de queda. O real se apreciou apesar do dia negativo para seus principais pares latino-americanos, os pesos mexicano e chileno, e o ambiente externo marcado por pouco apetite ao risco, diante da ausência de sinais concretos de negociações comerciais entre EUA e China.

Com mínima a R\$ 5,647, o dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 0,7%, a R\$ 5,648 – menor valor de fechamento desde 3 de abril (R\$ 5,6281), dia seguinte ao tarifaço anunciado por Donald Trump.

A divisa acumula desvalorização de 4,11% nos últimos sete pregões, o que leva as perdas no ano a 8,1%.

teis, como alimentos e energia – continuam em alta.

O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços permaneça alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a taxa Selic “em menor magnitude” na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso.

Até dezembro próximo, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB E CÂMBIO

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 2%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB – a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,7%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

MARÇO

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 2,2 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/BRASIL

As contas externas do país tiveram saldo negativo em março, de US\$ 2,245 bilhões, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 4,087 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A melhora na comparação interanual é resultado do aumento de US\$ 1,3 bilhões no superávit comercial, em razão, principalmente, do aumento das exportações, e do recuo de US\$ 895 milhões no déficit em renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas). Em contrapartida, o déficit em serviços aumentou US\$ 460 milhões, contribuiu para o saldo negativo nas transações correntes.

Em 12 meses encerrados em março, o déficit em transações correntes somou US\$ 68,467 bilhões, 3,21% do Produto Interno Bruto (PIB), (a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 70,310 bilhões (3,28% do PIB) no mês anterior. Já em relação ao período equivalente terminado em março de 2024, houve aumento significativo no déficit, com o resultado em 12 meses negativo em US\$ 26,307 bilhões (1,17% do PIB).

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março de 2024. De fevereiro para março desde ano, isso se in-

verteu. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, é preciso observar, nos próximos meses, se esse resultado significa uma inflexão ou foi pontual no mês.

Ainda assim, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

BALANÇA E SERVIÇOS

As exportações de bens totalizaram US\$ 29,449 bilhões em março, um aumento de 5,3% em relação a igual mês de 2024. Enquanto isso, as importações atingiram US\$ 21,812 bilhões, com elevação de 0,9% na comparação com março do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 7,637 bilhão no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 6,352 bilhões em março de 2024.

De acordo com Fernando Rocha, os principais produtos exportados no mês foram café, soja, carnes e celulose. Ele destacou, ainda, o aumento do comércio de soja, já que o país está no período de exportação da safra, o que contribuiu para resultados comerciais mais robustos no mês.

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – somou US\$ 4,352 bilhões em março, ante os US\$ 3,893 bilhões em igual mês de 2024.

Segundo o BC, há crescimento na corrente de comércio de serviços, com diversificação na conta-

Na comparação interanual, uma das maiores altas, de 70,5%, foi no déficit em serviços de propriedade intelectual, ligados a serviços de streaming, totalizando US\$ 1,117 bilhão.

Outro destaque foram as despesas líquidas com transporte, que aumentaram 20,3%, somando US\$ 1,148 bilhão, resultado dos aumentos na corrente de comércio e no preço dos fretes internacionais. Ainda, os gastos líquidos com aluguel de equipamentos tiveram alta de 15,2%, acumulando US\$ 1,095 bilhão, associados ao aumento dos investimentos das empresas.

No caso das viagens internacionais, em março, o déficit na conta fechou com alta de 0,2%, chegando a US\$ 766 milhões, resultado de US\$ 773 milhões nas receitas – que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil – e de US\$ 1,539 bilhão nas despesas de brasileiros no exterior.

RENDAS

Em março de 2025, o déficit em renda primária – lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários – chegou a US\$ 5,781 bilhões, 13,4% abaixo do registrado em março do ano passado, de US\$ 6,675 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$

251 milhões no mês passado, contra superávit US\$ 129 milhões em março de 2024.

FINANCIAMENTO

Os investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 5,990 bilhões em março deste ano, ante US\$ 10,236 bilhões em igual mês de 2024. Rocha explicou que, em março do ano passado, houve ingressos atípicos, por isso a grande diferença interanual.

O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 68,213 bilhões (3,19% do PIB) em março, ante US\$ 72,459 bilhões (3,38% do PIB) no mês anterior e US\$ 64,095 bilhões (2,85% do PIB) no período encerrado em março de 2024.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US\$ 1,780 bilhão em março, composta por retiradas líquidas de US\$ 841 milhões em títulos da dívida e de US\$ 939 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em março, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram saídas líquidas de US\$ 6,1 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 336,157 bilhões em março, aumento de US\$ 3,649 bilhões em comparação ao mês anterior.

BNDES

Mercadante: não haverá transição energética sem atuação do Estado

DENISE LUNA/AE

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, voltou ao Rio Grande do Sul nesta segunda-feira, 28, um ano depois da inundação que destruiu parte do Estado. Em evento promovido pela Assembleia Legislativa de Porto Alegre, o executivo reforçou que sem um Estado forte o Brasil não consegue enfrentar os problemas trazidos pelos extremos climáticos.

"Não haverá transição energética sem a presença do Estado. O Estado é fundamental para suportar e reverter as condições extremas climáticas. Quando a enchente chegou (no Rio Grande do Sul), batemos recorde de volume de crédito que ofertamos", disse Mercadante, ressaltando que apesar da tragédia que tirou quase 200 vidas, após a ajuda do go-

verno federal a economia do Estado cresceu 4,9% no ano passado. "Lula é o único presidente da República que já morou em uma casa que foi alagada. Ele veio cinco vezes ao RS e acelerou a ajuda ao Estado", recordou.

Segundo Mercadante, passado um ano da tragédia, dois terços das empresas afetadas já conseguiram crédito com o banco, ao juro de 1% ao mês, com a condição de retomar o mesmo número de empregados que tinham antes das enchentes.

Para as que não conseguiram crédito, Mercadante acenou com uma possível postergação de prazos. "Se for necessário o Conselho Monetário Nacional (CMN) pode prorrogar um pouco esse prazo para não ser uma medida punitiva, acho muito mais difícil votar uma nova lei", explicou. "Vamos chamar as centrais sindicais para juntos a gente ver como supre-

sa deficiência e evita punir o empresário", complementou.

SECA

Mercadante ressaltou que após as enchentes, o Rio Grande do Sul passa agora por uma seca no centro do Estado, que já prejudicou a safra da soja. Ele informou que para reduzir o impacto da falta de chuvas, o banco está trabalhando com a Embrapa na "Operação 365", que visa apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura, especialmente no Rio Grande do Sul, através de financiamentos e assistência técnica.

O executivo alertou que o País precisa se reindustrializar, "porque o setor que mais gera qualidade e inovação tecnológica é a indústria". Se nós não tivermos inovação, não vamos ter como competir em meio à neo industrialização... Uma delas é a Inteli-

gência Artificial, precisamos correr nesse desafio, o Brasil tem que criar uma LLM (Large Language Model), que é a base de dados da pesquisa da IA", avaliou.

Mercadante falou também sobre a turbulência trazida pelo governo norte-americano com a tarifação, que para ele foi "errática e improvisada". "Quem viu uma grande manufatura global foi a China ao longo dos últimos anos, e nós, da América Latina e da Europa e Estados Unidos ficamos prisioneiros do modelo de financeirização da economia e do chamado consenso de Washington, onde basta abrir a economia e ter um Estado mínimo. Não existe mais consenso de Washington e agora eles estão desesperados buscando uma resposta, que eu achei errática e improvisada que foi a tarifa... você vê que não teve uma reflexão profunda", afirmou.

Nota

NEGOCIAÇÃO DE ACORDO COM MERCOSUL ESTÁ EM FASE FINAL, DIZ MINISTRA DOS EMIRADOS ÁRABES

Os Emirados Árabes estão nas negociações finais para a assinatura de um acordo com o Mercosul, relatou ontem, Reem Al-Hashimy, ministra de Estado para Cooperação Internacional dos Emirados Árabes. "Estamos na fase final da negociação com o Mercosul. Estamos interessados em fechar esses negócios logo e acredito que ainda este ano", disse a ministra, em entrevista a jornalistas, no Rio de Janeiro, onde os chanceleres dos países do Brics reúnem-se nesta

semana. Os Emirados Árabes assinaram mais de 27 tratados comerciais pelo mundo e discutem agora outras oportunidades que podem ser abertas, no Brasil, no Mercosul e na América Latina, contou Saeed Al Hajeri, ministro assistente para Relações Econômicas e Comerciais dos Emirados Árabes. "E por um lado o Brasil pode ser esse caminho, essa porta de entrada para a América Latina", disse Al Hajeri. O ministro mencionou que os Emirados Árabes já possuem grandes investimentos e acordos estabelecidos no campo de energias renováveis, mas que há interesse em outras áreas, como infraestrutura, segurança alimentar e logística.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Companhia e de sua administração durante o ano de 2024. A Companhia iniciou suas atividades operacionais a partir de junho de 2007 e tem por objeto social a pesquisa mineral com prospeção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a compra e venda de direitos minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio. Durante o exercício de 2024, a Companhia deu continuidade ao seu plano de consolidação da Mina de Baratinha e de sua expansão denominada Mina de Mongais, bem como realizou trabalhos de pesquisa de seus outros projetos, como parte de seu plano de prospeção e desenvolvimento seus projetos minerários, conforme os padrões internacionalmente aceitos, além de desenvolver processos complementares para adequação dos produtos às necessidades dos clientes. As atividades da Companhia e de suas investidas, a serem realizadas durante o ano de 2025, poderão ser suportadas por aporte de recursos de seu acionista e/ou de terceiros em complemento à geração de caixa de suas operações e de suas investidas, se necessário. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinada através das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025. **A ADMINISTRAÇÃO**

Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.545	69.646	104.573	80.156
Contas a receber	6	108.228	96.240	108.941	96.240
Estoques	8	12.207	9.016	12.207	9.016
Adiantamentos	9	9.683	2.238	9.692	2.242
Impostos a recuperar	7	16.384	8.904	16.926	8.948
Despesas antecipadas		7.340	3.336	7.853	3.837
Dividendos a receber		1.086	223	-	-
Outros créditos		272	265	989	265
Total do ativo circulante		245.745	189.868	261.181	200.704
Não circulante					
Adiantamentos		6.339	6.204	6.334	6.204
Depósitos judiciais		697	165	697	165
Despesas antecipadas		205	172	548	990
Impostos diferidos		4.979	-	4.979	-
Investimentos	10	57.642	50.452	-	-
Propriedade para investimento	11	-	-	10.845	10.845
Imobilizado	12	255.071	205.472	264.918	212.518
Intangível	13	357.537	291.810	379.877	314.150
Direito de uso	14	48.711	76.528	55.013	86.431
Total do ativo não circulante		731.181	630.803	723.211	631.303
Total do ativo		976.926	820.671	984.392	832.007

Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	4.808	2.049	4.808	2.049
Fornecedores	16	45.467	39.965	44.227	40.894
Salários e encargos	17	27.225	20.606	27.517	20.739
Impostos a recolher	18	19.783	19.340	22.185	20.463
Dividendos/JCP a pagar	21	38.259	33.381	38.259	33.381
Obrigações a pagar	19	5.691	7.152	5.691	7.152
Provisão para desmobilização de ativos	20	750	-	750	-
Passivo de arrendamento	14	28.189	24.531	31.540	27.669
Total do passivo circulante		170.172	147.024	174.977	152.347
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	84.373	62.858	84.373	62.858
Impostos diferidos	26	-	2.001	-	2.001
Provisão para desmobilização de ativos	20	35.306	22.227	35.306	22.227
Provisão para contingências	27	-	169	-	169
Obrigações a pagar	19	-	2.044	-	2.044
Passivo de arrendamento	14	24.981	53.373	27.642	59.386
Total do passivo não circulante		144.660	142.672	147.321	148.685
Patrimônio líquido	21	31.799	31.799	31.799	31.799
Capital social		117.435	117.435	117.435	117.435
Reserva de capital		512.860	381.741	512.860	381.741
Reserva de lucro		662.094	530.975	662.094	530.975
Total do patrimônio líquido		976.926	820.671	984.392	832.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Receitas líquida de venda					
Custo do produto vendido	22	968.185	712.750	967.594	718.667
Lucro bruto		699.774	504.683	674.790	486.518
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(285.076)	(200.202)	(251.706)	(198.851)
Equivalência patrimonial	10	4.185	(23.749)	-	-
Outras despesas/receitas		(472)	(2.373)	(498)	(6.947)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		418.411	278.359	422.586	280.720
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		18.067	11.577	19.067	12.983
Despesas financeiras		(19.108)	(7.621)	(19.618)	(7.756)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		417.370	282.315	422.035	285.947
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(116.125)	(61.763)	(120.790)	(65.395)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	6.981	(3.287)	6.981	(3.287)
Lucro líquido do exercício		308.226	217.265	308.226	217.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Lucro líquido do exercício		308.226	217.265	308.226	217.265
Resultado abrangente do exercício		308.226	217.265	308.226	217.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício				
Ajustes ao lucro (prejuízo) do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial		(4.185)	23.749	-
Depreciação do ativo imobilizado		28.917	23.872	29.770
Amortização do ativo intangível		2.097	-	2.097
Amortização de direito de uso		27.554	3.236	31.155
Reversão de direito de uso e arrendamento		87	-	87
Provisão para desmobilização de ativos		664	1.141	664
Baixa de provisão de desmobilização		(3.603)	-	(3.603)
Juros sobre arrendamento mercantil		9.972	-	10.480
Impostos diferidos		(6.980)	3.288	(6.980)
Perda na baixa de ativo imobilizado		1.656	-	1.659
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		364.405	272.551	373.555
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		338.481	253.840	345.435
Adiantamentos		(7.580)	(2.053)	(7.580)
Estoques		(3.191)	5.573	(3.191)
Contas a receber		(11.988)	(35.843)	(12.701)
Impostos a recuperar		(7.480)	(6.233)	(7.978)
Despesas antecipadas		(4.037)	(1.172)	(3.574)
Outros créditos		(7)	315	(724)
Depósitos Judiciais		(532)	(6)	(532)
Fornecedores		5.503	8.888	3.334
Salários e encargos a pagar		6.619	2.828	6.778
Impostos a recolher		57.567	48.606	61.532
Obrigações a pagar		(3.505)	(7.424)	(3.505)
Provisão para contingência		(169)	14	(169)
Provisão para desmobilização		-	8.488	-
Impostos pagos sobre o lucro		(57.124)	(40.692)	(59.810)
Caixa líquido (utilizado das) aplicado nas atividades operacionais		338.481	253.840	345.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição/aumento de investimentos		(750)	(94.926)	-
Aquisição de ativo imobilizado		(66.745)	(82.623)	(67.061)
Baixa de ativo imobilizado		-	228	228
Aquisição de ativo intangível		(67.824)	(91.287)	(67.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(135.319)	(268.608)	(134.885)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos de dividendos		223	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos		25.580	55.370	25.580
Pagamento de empréstimo e financiamentos		(1.306)	(3.410)	(1.306)
Dividendos e JCP pagos		(172.230)	(40.936)	(172.230)
Contraprestação de arrendamento		(34.530)	(1.870)	(38.177)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(182.263)	9.154	(186.133)
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa		20.899	(5.614)	24.417
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		69.646	75.260	80.156
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		90.545	69.646	104.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Bemisa Holding S.A. ("Bemisa Holding" ou "Companhia") foi constituída em março de 2007, com sede na Avenida Presidente Wilson nº 231, sala 2303 e 2304, (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospeção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias, na condição de acionista ou sócia quotista. O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding FIP MIE, que detém 99,99% das ações ordinárias. Em 2022, a controlada Bemisa Logística iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timóteo, no estado de Minas Gerais. Em 2022 a contro-

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Lucros a distribuir
188.147	117.435	30.645	258.754	594.981
Distribuição de dividendos complementares de 2022	-	-	-	(11.414)
Capitalização da reserva de lucros	59.193	-	-	(59.193)
Redução de capital	(215.541)	-	-	-
Reversão da reserva legal	-	(24.484)	-	24.484
Lucro do exercício	-	-	-	217.265
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(38.219)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	(16.097)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	162.949
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.799	117.435	6.161	375.580
Distribuição de dividendos complementares de 2023	-	-	-	(100.050)
Reclassificação reserva legal e retenção de lucros	-	-	199	(199)
Lucro do exercício	-	-	-	308.226
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(35.318)
Dividendos intermediários	-	-	-	(3.480)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	(38.259)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	231.189
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.799	117.435	6.360	506.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

lada Três Picos, efetuou a reclassificação da rubrica de terrenos do imobilizado para a Propriedade para Investimento devido aos estudos para desenvolvimento de projeto imobiliário que vem sendo realizado na propriedade. A controlada BMV foi constituída em 04 de maio de 2022 com o objetivo de explorar oportunidades de parcerias em projetos dentro do setor de mineração e ao longo da sua cadeia produtiva. Em 14 de julho de 2023, a Companhia recebeu a licença ambiental para implantação e operação do Projeto Mongais com Guia de Utilização, dentro do Complexo Baratinha, e iniciou as operações no 1º semestre de 2024. Em 31 de julho de 2023, a Companhia efetuou aporte de capital na controlada de R\$ 100 totalmente integralizado no decorrer do ano em espécie e através da transferência da propriedade de direitos minerários. Em 2023, esses direitos minerários foram vendidos gerando uma receita na controlada. Em 31 de agosto de 2024, foi realizada por meio da Bemisa Holding a transferência de ativo imobilizado e aporte de capital na Bemisa Logística, referente a parcela dos ativos do Terminal João Correia, sendo uma subsidiária do Grupo Bemisa no montante de R\$3.341. A operação teve como objetivo a reestruturação societária do grupo, buscando maior eficiência na gestão dos ativos e otimização da estrutura de capital. A transferência de ativos estratégicos da Bemisa Holding para a Bemisa Logística Terminal João Correia foi registrada pelo valor contábil dos ativos, sendo reconhecida como um aporte de capital, aumentando o patrimônio líquido da Bemisa Logística. No segundo semestre de 2024 a Bemisa Logística iniciou suas operações no Terminal João Correia localizado em Santana do Paraíso para o carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e terceiros. Em 04 de novembro de 2024, foi criada a Bemisa Pedra Branca Mineração Ltda., que terá seus projetos de desenvolvimento de produção de ferro no decorrer do ano de 2026, com previsão de operação em 2025. Constituída inicialmente com o capital social de R\$ 1. Em 31 de dezembro de 2024, o portfólio de projetos da Companhia e de suas controladas era composto por 139 (cento e trinta e nove) direitos minerários, sendo 2 Requerimentos de Pesquisa, 119 Autorizações de Pesquisa, 1 Concessão de Lavra, 8 Direitos de Requerer a Lavra e 9 Requerimentos de Lavra totalizando 447.914,52 hectares (*). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém o controle das seguintes subsidiárias: Bemisa Mineração e Logística S.A. ("Bemisa Logística"), Três Picos Participações e Empreendimentos Ltda. ("Três Picos") e BMV Participações Ltda. ("BMV") e Bemisa Pedra Branca Mineração Ltda. ("PDR"). (*) Não Auditado pelos auditores independentes. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Leis das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base neste pressuposto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em 3 de abril de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.2 Declaração de relevância:** A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela administração na gestão da Companhia. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, a mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício de acordo com o regime de competência contábil. **2.4 Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para se chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é considerado obtido quando a Companhia está exposta ou tiver direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui a capacidade de influenciar tais retornos por meio do poder exercido sobre a investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder sobre a investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida; • Exposição, ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para influenciar o valor de seus retornos. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Bemisa Holding e as demonstrações contábeis das controladas Três Picos, Bemisa Logística, Bemisa Pedra Branca e BMV, sem participação de não controladores. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia avalia se exerce controle sobre uma investida sempre que fatos e circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início na data que a Companhia obtém o controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercê-lo. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos contábeis do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, deduzidas das seguintes principais eliminações: • Participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre elas, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; • Saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas, cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e • Efeitos no resultado (receitas e despesas) decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas. **3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração exerça julgamentos, faça estimativas e adote



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

ticipação da investidora no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como "participações nos lucros (prejuízos) da controlada" (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Bemisa Holding e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Os dividendos recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados como uma redução do valor do investimento. Quando há a perda/transfêrência do controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa do correspondente investimento pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. **g. Imobilizado:** Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os itens operacionais têm a depreciação calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial. Para os equipamentos utilizados em área com operação em mais de um turno é adotado o critério de aceleração conforme coeficientes estabelecidos em lei. Conforme a seguir apresentado: Veículos: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); Computadores e periféricos e telefonia: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); Equipamentos: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); Instalações: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); Benefiteiras em imóveis de terceiros: 10% ao ano (vida útil de 10 anos). Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **h. Intangíveis - projetos em pesquisa:** Os gastos com pesquisas e desenvolvimento dos projetos de mineração estão associados à expectativa de benefícios futuros e foram reconhecidos ao custo de aquisição. São realizados mediante viabilização ou venda do projeto e quando a Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento, ou estes gastos são baixados como perda no caso de o projeto ser descartado. A Companhia e suas controladas reconhecem a capitalização dos gastos a partir da obtenção de licença de instalação emitida pelo órgão ambiental competente. A amortização para as atividades operacionais será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. **i. Intangíveis - Goodwill:** O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado em aquisições em atendimento ao CPC 15 - Combinação de negócios através da identificação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de forma individualizada. A Companhia e suas controladas reconhecem o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) de acordo com o laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) elaborado por empresa independente quando da aquisição da unidade geradora de caixa de três picos. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado contabilmente, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. **j. Intangíveis - Direito de exploração:** Direitos minerários referem-se a direitos e obrigações que a Companhia possui total ou parcial, com relação a um título minerário, ou seja, a Companhia possui o direito na exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. A Companhia, nesses casos, não adquire apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina. **k. Intangíveis - Direitos contratuais:** Direitos contratuais referem-se aos gastos realizados pela Companhia em decorrência de um contrato de parceria visando a aquisição do direito de pesquisa, exploração e desenvolvimento a partir da aprovação da Agência Nacional de Mineração (ANM). Em 2024, a Companhia identificou a necessidade de elaboração de uma nova política para reconhecimento da capitalização desses custos de aquisição oriundos desses contratos de parceria até o início da operação comercial do projeto. A amortização desse direito será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. Anualmente, o valor de aquisição desse direito será testado para fins de recuperabilidade (*Impairment*). **l. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar, ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. A Companhia e suas controladas não reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma. **m. Reconhecimento de receita:** A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes ou pela entrega no pátio do cliente ou embarcado no vagão contratado por ele. A receita é mensurada por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **n. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação deles. **o. Imposto, taxas e tributos: (i) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. As controladas adotam o regime de apuração pelo lucro presumido. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nas localidades que a Companhia opera e gera lucro tributável. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **(iii) Impostos sobre vendas:** A seguir as alíquotas aplicadas para as transações de venda aplicadas:

	2024	2023
PIS	1,65%	1,65%
COFINS	7,6%	7,6%

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com bases "funções" identificadas das demonstrações contábeis primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis. **CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MIEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - CPC 32 (equivalente ao IAS 12) - foi revisado em 2024 para se adequar às normas contábeis internacionais. A revisão foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em maio de 2024. Reconhecimento de efeitos fiscais relacionados a transações e outros eventos. Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Divulgação do valor do ativo fiscal diferido. Reconhecimento de passivo fiscal diferido para diferenças temporárias tributáveis. As alterações são aplicadas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 - substituída pelo IFRS 18 em 09 de abril de 2024:** Fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	50	29	59	33
Aplicações financeiras com liquidez imediata (i)	90.495	69.617	104.514	80.123
Total	90.545	69.646	104.573	80.156

(i) Representam valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2024, a remuneração média da Companhia foi de 99,18% do CDI (97,00% em 2023). **6 Contas a receber:** As contas a receber são provenientes da comercialização de minério de ferro.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber	108.228	96.240	108.941	96.240
Clientes	108.228	96.240	108.941	96.240

A análise de vencimentos dessas contas a receber na controladora e consolidado estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	108.208	95.391	108.208	95.391
Vencida em				
Até 30 dias	-	288	713	288
Até 90 dias	20	561	20	561
Total	108.228	96.240	108.941	96.240

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração entende que não há risco de realização do saldo de contas a receber, e por isso não constituiu provisão para perda esperada do contas a receber de clientes.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	16.323	8.574	16.840	8.615
INSS	48	-	48	-
CSLL	1	-	1	-
IRPJ	12	330	37	333
Total	16.384	8.904	16.926	8.948

8 Estoques: Corresponde ao minério de ferro extraído ou adquirido de terceiros para comercialização, além de peças e consumíveis relacionados com a operação da Mina Baratinha. Em 2024 e 2023 não foram identificados necessidade de registro de perda ao valor recuperável dos estoques de minério.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Estoque				
Minério de ferro (extraído)	3.767	608	3.767	608
Minério de ferro (adquirido)	622	158	622	158
Partes, peças e consumíveis (a)	7.818	8.250	7.818	8.250
Total	12.207	9.016	12.207	9.016

(a) Trata-se de almoxarifados de consumíveis e peças de reposição cujo prazo de consumo e utilização são inferiores a um ano.

9 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos funcionários	201	342	209	346
Adiantamentos fornecedores (a)	9.326	1.873	9.326	1.873
Outros adiantamentos	156	23	157	23
Total	9.683	2.238	9.692	2.242

(a) Trata-se de compras de mercadorias e contratações de serviços.

10 Investimentos: Em 31 de dezembro a composição de investimento é como segue:

	2024	2023
Investimento por equivalência patrimonial		
Três Picos	1.912	1.908
Bemisa Logística	18.905	12.076
Bemisa Pedra Branca	(3)	-
BMV	5.191	4.831
Total	26.005	18.815
Mais-valia - Três Picos (a)	31.637	31.637
Total	57.642	50.452

(a) Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais, a mais valia em

12 Imobilizado

Custo	Controladora										
	Desmobilização de ativos	Imobilizações em andamento	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Benefiteiras	Veículos	Telefonia	Computadores	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.558	64.743	723	55.356	1.474	142.366	4.551	273	3.159	11.711	300.914
Adições	18.344	59.582	26	1.484	358	8	1.227	56	518	1.910	83.513
Cisão de ativos Bemisa Logística (i)	-	-	(858)	(983)	(11)	(1.475)	-	-	(47)	-	(3.374)
Transferências imobilizado construção	-	(45.391)	3.743	16.514	342	24.616	32	4	140	-	-
Baixa	(1.576)	(35)	(96)	(238)	75	(114)	(448)	(61)	(170)	-	(2.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.326	78.899	3.538	72.133	2.238	165.401	5.362	272	3.600	13.621	378.390
Depreciação	(4.947)	-	(569)	(29.661)	(709)	(55.431)	(1.796)	(196)	(2.133)	-	(95.442)
Depreciação no exercício	(473)	-	(88)	(7.729)	(131)	(19.277)	(795)	(29)	(395)	-	(28.917)
Cisão de ativos Bemisa Logística	-	-	7	8	-	12	-	-	6	-	33
Baixa	-	-	96	226	(65)	73	448	58	171	-	1.007
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.420)	-	(554)	(37.156)	(905)	(74.623)	(2.143)	(167)	(2.351)	-	(123.319)
Valor contábil											
Em 31 de dezembro de 2023	11.611	64.743	154	25.695	765	86.935	2.755	77	1.026	11.711	205.072
Em 31 de dezembro de 2024	27.906	78.899	2.984	34.977	1.333	90.778	3.219	105	1.249	13.621	255.071

(i) Em 31 de agosto de 2024, foi realizada a cisão de ativos da Bemisa Holding para a Bemisa Logística referente ao seu Terminal João Correia, sendo a Bemisa Logística uma subsidiária do Grupo Bemisa, a transferência dos ativos foi no montante de R\$3.341, sendo R\$ 3.375 de custo e R\$ 33 de depreciação acumulada.

Custo	Controladora										
	Desmobilização de ativos	Imobilizações em andamento	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Benefiteiras	Veículos	Telefonia	Computadores	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.070	37.548	614	51.168	1.115	104.758	3.816	229	2.824	11.711	221.853
Adições	8.488	27.195	109	7.655	360	37.608	829	44	335	-	82.623
Baixa	-	-	-	(3.467)	(1)	(94)	-	-	-	-	(3.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.558	64.743	723	55.356	1.474	142.366	4.551	273	3.159	11.711	300.914
Depreciação	(3.461)	-	(562)	(24.853)	(620)	(43.358)	(1.475)	(173)	(1.820)	-	(76.322)
Depreciação no exercício	(1.486)	-	(7)	(8.047)	(90)	(12.073)	(415)	(23)	(313)	-	(22.454)
Baixa / Transferências	-	-	-	3.239	1	-	94	-	-	-	3.334
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.947)	-	(569)	(29.661)	(709)	(55.431)	(1.796)	(196)	(2.133)	-	(95.442)
Valor contábil											
Em 31 de dezembro de 2022	4.609	37.548	52	26.315	495	61.400	2.341	56	1.004	11.711	145.531
Em 31 de dezembro de 2023	11.611	64.743	154	25.695	765	86.935	2.755	77	1.026	11.711	205.072

Custo	Consolidado										
	Desmobilização de ativos	Imobilizações em andamento	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Benefiteiras	Veículos	Telefonia	Computadores	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.558	64.947	4.523	56.172	1.493	144.939	4.551	273	3.202	11.711	300.369
Adições	18.344	59.879	28	1.495	360	8	1.227	57	521	1.910	83.829
Transferências imobilizado construção	-	(45.889)	3.873	16.516	342	24.975	32				



BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

pesquisa em projetos. Da parcela de projetos em pesquisa o montante de R\$12.103 que se refere ao projeto de Baratinha está sendo amortizado pelo método de unidades produzidas. O saldo remanescente se refere substancialmente ao projeto de Pedra Branca cuja expectativa de entrada em operação é no 2º semestre de 2025, e a partir da entrada em operação este ativo será amortizado. **c. Direito de exploração mineral:** O valor de R\$22.340 refere-se a mais valia apurada e registrada na aquisição da controlada Três Picos em 2015. O valor de R\$8.855 refere-se à mais valia na aquisição da controlada Bemisa MG em 2020 que foi incorporada em 2021, sendo ambos ativos intangíveis de vida útil indefinida. Anualmente, esse valor é testado para fins de recuperabilidade em conformidade com os requerimentos do CPC01, onde não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos para 31 de dezembro de 2024. **d. Ágio por rentabilidade futura - Goodwill:** Ágio por rentabilidade futura oriundo de saldo de incorporação da controlada Bemisa Brasil em 01 de outubro de 2021 apurado na aquisição da empresa Bemisa MG através do estudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) com a finalidade de identificar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos. Foi apurado um ágio por rentabilidade futura de R\$74.029 após a apuração de forma individualizada dos ativos suscetíveis a ajuste de mercado. Anualmente, esse valor é testado para fins de recuperabilidade de acordo com os requerimentos do CPC 01, onde não nenhum indicativo de perda ao valor recuperável foi identificado para 31 de dezembro de 2024 e 2023. **e. Direitos contratuais:** Em 2023, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 55.000 referente a parceria firmada para fins de aquisição do direito de pesquisa, exploração e desenvolvimento de Direitos Minerários próximos da área do Complexo Baratinha. O valor referente a esse pagamento, foi capitalizado no ativo intangível, e iniciará a amortização pelo início da operação pela Companhia, quando da comprovação dos benefícios econômicos que poderá gerar. A Companhia tem a expectativa de iniciar a primeira campanha de sondagem e estudos geológicos pertinentes a fase de pesquisa durante o exercício a encontrar-se em 31 de dezembro de 2025. **f. Licença de uso de software:** Para licenças registradas como ativo intangível, a Companhia aplica uma taxa de amortização baseada na vida útil estimada de 5 anos. Esta taxa é revisada periodicamente para refletir mudanças tecnológicas ou estratégicas. **g. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Em linha com os requerimentos do CPC 01, a Companhia avaliou os ativos intangíveis de vida útil indefinida para cada unidade geradora de caixa, assim como o seu ativo imobilizado de vida útil definida para fins de sua recuperabilidade através da metodologia do valor em uso. Considerando a natureza do minério comercializado ou em fase de exploração são variados entre diferentes projetos, a Companhia determina cada projeto de exploração de minério como uma unidade geradora de caixa distinta. As unidades geradoras de caixa que possuem ativos de vida útil indefinida associada foram testadas para impairment em 31 de dezembro de 2024. Para fins de comparação entre o valor em uso da unidade geradora de caixa e o seu valor contábil residual, o valor contábil do ativo imobilizado de vida útil definida, assim como o ativo intangível de vida útil indefinida foram avaliados para fins de impairment de cada unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil da unidade geradora de caixa denominadas de Três Picos pelo valor justo menos custos de alienação, e para Picarrão, Pedra Branca e Canabrava e avaliação do valor recuperável foi efetuada através do conceito do valor em uso. O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como volume de extração de minério, e seus respectivos custos e despesas associadas, além das estimativas de investimentos corrente de manutenção da operação e capital de giro futuros e taxa de desconto. As premissas sobre projeções de geração de receitas no fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração compatíveis com estudos realizados pelas áreas técnicas da Companhia e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados a uma taxa de desconto que leva em consideração a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia. A taxa de desconto das projeções de fluxo de caixa foi de 15,4% a.a para Picarrão, 14,4% para Pedra Branca e 22,2% para Canabrava, em termos reais. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 8 anos para Picarrão e 12 anos para Pedra Branca e Canabrava. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 8 e 12 anos para cada unidade geradora de caixa com base na premissa extração de minério disponível para uso considerando a escala de produção e consumo do material de alto teor de minério. As premissas-chave foram baseadas nas projeções dos volumes a serem lavrados de acordo com os estudos técnicos efetuados pelo especialista interno da Companhia, em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções de mercado e foram devidamente documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data das demonstrações contábeis. **14 Arrendamento: a. Direito de uso - arrendamento**

	Controladora			
	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31/12/2023	73.205	2.837	486	76.528
Baixas	-	(263)	-	(263)
(-) Depreciações	(26.826)	(644)	(84)	(27.554)
Total	46.379	1.930	402	48.711

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31/12/2023	73.205	12.740	486	86.431
Baixas	-	(263)	-	(263)
(-) Depreciações	(26.826)	(4.245)	(84)	(31.155)
Total	46.379	8.232	402	55.013

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2022	933	933	933	933
Adições (i)	79.800	89.203	79.800	89.203
Juros apropriados	1.983	2.035	1.983	2.035
(-) Pagamentos	(4.812)	(5.116)	(4.812)	(5.116)
Saldo em 31/12/2023	77.904	87.055	77.904	87.055
Circulante	24.531	27.669	24.531	27.669
Não circulante	53.373	59.386	53.373	59.386
Saldo em 31/12/2023	77.904	87.055	77.904	87.055
Baixas	(176)	(176)	(176)	(176)
Juros apropriados	9.972	10.480	9.972	10.480
(-) Pagamentos	(34.530)	(38.177)	(34.530)	(38.177)
Saldo em 31/12/2024	53.170	59.182	53.170	59.182
Circulante	28.189	31.540	28.189	31.540
Não circulante	24.981	27.642	24.981	27.642

(i) Na controladora, as adições referem-se a um novo contrato firmado pela Companhia em 2023 com o arrendamento de máquinas e equipamentos utilizados na operação da Mina Baratinha onde há o direito de controlar o uso de ativos identificados pelo período de vigência do contrato de 36 meses. Para reconhecimento do passivo de arrendamento foi aplicada a taxa de desconto de 16,14%. No consolidado, além da adição de máquinas e equipamentos, a Companhia firmou contrato de arrendamento de um terminal de cargas firmado pela controlada Bemisa Logística pelo período de 59 meses, que foi aplicada a taxa de desconto de 6,77%. **15 Empréstimos e financiamentos**

	Controladora		Consolidado	
	Instituição	Prazo	Vencimento	Taxa de juros
BDMG Finame (i)	96 meses	Até 2024	3,5% a 9,5%	- 227
BDMG Finame (ii)	120 meses	Até 2029	TLP + 4,97%	872 1.068
Finep (iii)	120 meses	Até 2025	TJLP + 1%	6.413 7.827
Finep (iv)	121 meses	Até 2033	TJLP + 3,3%	56.265 55.785
Finep (v)	121 meses	Até 2034	TR + 3,8%	25.631 -
				89.181 64.907
Circulante				4.808 2.049
Não circulante				84.373 62.858

(i) Financiamento obtido junto ao BNDES através do BDMG para aquisição de equipamentos e integralmente liquidado durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024. O principal e juros foram amortizados mensalmente no decorrer da vigência do contrato até a sua liquidação. (ii) Financiamento obtido em maio de 2019, junto ao BNDES através do BDGM referente a um contrato de financiamento para aquisição de concentrador magnético. O principal e juros são amortizados mensalmente. A taxa de juros é indexada à TLP (correspondente ao fator acumulado das variações percentuais mensais do IPCA com a taxa de juros prefixada de 2,7% a.a.). (iii) Financiamento obtido em abril de 2019, junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado pela FINEP referente a planta de filtragem de rejeitos. O principal e juros são amortizados mensalmente. A taxa de juros é indexada à TJLP com equalização e redução de spread por garantias. (iv) Financiamento obtido em 2023, junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculado à implantação do projeto de ouro no Pará denominado Projeto Água Azul. O contrato foi assinado em 13 de dezembro de 2022, com prazo total de 120 meses e com 3 etapas de liberação ocorridas no decorrer de 2023. Atualmente, o financiamento está em período de carência do principal por 30 meses, a amortização inicia a partir de julho de 2025. Os juros são pagos mensalmente desde fevereiro de 2023. A taxa de juros é indexada à TJLP com equalização e redução de spread por garantias. (v) Financiamento obtido em 2024, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) vinculado ao projeto de otimização e adaptação da planta Baratinha e implantação de Mongais e outros alvos do Complexo Baratinha. O contrato foi assinado em maio de 2024 por R\$ 127.903 milhões financiados, com prazo total de 121 meses e com 5 etapas de liberação ocorridas no decorrer de 2024 até 2026. A taxa de juros é indexada a TR com redução do spread por garantias. Não há cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias junto às instituições financeiras que incluem seguro garantia no montante de R\$ 61.046 e carta fiança no montante de R\$ 32.792. Essas garantias foram constituídas com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações financeiras assumidas, reduzindo o risco para os credores e otimizando a estrutura de garantias da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos empréstimos equivale ao valor contábil do passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. Os financiamentos da Companhia são subsidiados por bancos públicos de fomento, onde não existe mercado comparável para mensuração de um valor justo de dívida. **16 Fornecedores:** Em 31 de dezembro a composição de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	45.467	39.965	44.227	40.894
	45.467	39.965	44.227	40.894

O saldo de fornecedores é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de produtos e serviços contratados.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de férias	8.700	6.330	8.858	6.395
IRRF a recolher	2.392	714	2.396	716
Encargos	2.711	2.232	2.777	2.262
PPR	13.422	11.330	13.486	11.366
	27.225	20.606	27.517	20.739

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS	7.220	5.948	7.422	6.048
IRPJ e CSLL	3.231	5.581	4.794	6.584
CFEM e TFRM	6.956	6.143	6.956	6.143
Impostos retidos	1.988	1.325	2.108	1.345
Outros	388	343	905	343
	19.783	19.340	22.185	20.463



19 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Royalties	2.608	1.451	2.608	1.451
Seguros	26	45	26	45
Aquisição de direitos minerários	-	692	-	692
Aquisição de terras	3.057	7.008	3.057	7.008
Total	5.691	9.196	5.691	9.196
Circulante	5.691	7.152	5.691	7.152
Não circulante	-	2.044	-	2.044

20 Provisão para desmobilização de ativos e passivos: No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas durante o período de extração e exploração que serão incorridos durante e depois do encerramento das atividades do Grupo. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia, levando em consideração a vida útil da mina. A provisão para desmobilização da mina foi constituída de acordo com uma avaliação realizada por especialistas que atuam diretamente em avaliações ambientais na mina. Os desembolsos de reabilitação iniciaram em 2022 e os primeiros gastos com o novo plano desmobilização estão previstos para serem iniciados a partir de 2025 e os maiores gastos entre 2038 e 2039 quando começa o declínio da produção. Em 31 de dezembro de 2024 o Plano de Fechamento de Mina para garantir que as operações de mineração sejam encerradas de maneira segura, sustentável e em conformidade com as exigências legais. A atualização do plano contemplou um ajuste de R\$ 18.344 na provisão das ações para a reabilitação ambiental da área minerada de Mongais e uma redução de R\$ 1.576 na provisão realizada no Complexo Baratinha. Em 31 de dezembro de 2024 atualização financeira da provisão para desmobilização de ativos totalizou R\$ 2.939 e o saldo da provisão registrada no passivo não circulante é de R\$ 36.056.

	2024	2023
	Saldo inicial	22.227
Revisão de premissas do estudo de desmobilização	18.344	8.488
Reversão de premissas do estudo de desmobilização	(1.576)	-
Baixa de provisão de desmobilização	(3.603)	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	664	1.141
Saldo final	36.056	22.227
Circulante	750	-
Não circulante	35.306	22.227

a. **Taxa de desconto:** As provisões são ajustadas periodicamente para refletir o valor presente da obrigação, utilizando uma taxa de desconto apropriada, baseada em parâmetros financeiros e econômicos vigentes. Para o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP), foi utilizada uma taxa de juros baseada nos títulos públicos referentes para esse cálculo como a NTN-B. Considerando o cenário de término das operações da AGZ em 2037, a NTN-B mais próxima disponível foi a NTN-B 2040, que foi utilizada para os cálculos. Além disso, para o ajuste inflacionário, foi adotada uma taxa de 3,5%.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Taxa IPCA + 2040	-	12,5%	11,5%	11,3%	10,9%
Fator	1,00	1,00	1,13	1,11	1,11	1,11

21 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 31.799 (R\$ 31.799 em 2023), dividido em 87.000.000 ações ordinárias (87.000.000 ações em 2023), sem valor nominal, sendo a estrutura societária, o número de ações subsritas e os respectivos percentuais de participação no capital social apresentados da seguinte forma:

	2024	%	2023	%
Opportunity Holding FIP	86.999.999	99,99%	86.999.999	99,99%
Douro Participações S.A.	1	0,01%	1	0,01%
Total	87.000.000	100,00%	87.000.000	100,00%

Em 28 de abril de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária um aumento de capital no valor de R\$ 59.193, sem a emissão de novas ações, através da capitalização da reserva de lucros em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária uma redução de capital no valor de R\$ 215.541 através da restituição aos acionistas em bens mediante a entrega da totalidade das quotas do capital social da controlada Bemisa Água Azul com base no valor contábil da controlada apurado na data. A restituição foi efetuada na proporção da participação no capital social de cada acionista sem o cancelamento e, consequentemente, sem redução no número de ações da Companhia. **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia distribuiu e pagou o valor total de R\$ 17.283 referentes a juros sobre capital próprio apurados sobre os lucros intermediários auferidos em 2024. Em 30 de junho de 2024, a Companhia pagou o valor total de R\$ 16.097 referentes a dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 31 de dezembro de 2023. Em 21 de agosto de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 23.637, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais foram pagos em 30 de agosto de 2024. Em 05 de novembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos constante da reserva de lucros de 2023 no valor de R\$ 100.050 pagos em 08 de novembro de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 11.681 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos no dia 27 de dezembro de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.480, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais foram pagos em 27 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	308.226
Lucro líquido ajustado	308.226
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	77.057
Antecipações	(35.318)
(-) JCP distribuídos antecipadamente em 2024	(3.480)
(-) Dividendos intercal distribuído antecipadamente em 2024	38.259
Dividendos mínimos a pagar	38.259
Total dividendos/JCP a pagar	38.259

b. **Reserva Lucros a realizar:** Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2024, a Administração destinou integralmente a essa reserva estatutária o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R\$ 231.170, conforme movimentação demonstrada a seguir.

Saldo inicial	381.741
(-) Distribuição de dividendos complementares de 2023	(100.050)
Destinação do resultado de 2024, ajustado após destinações obrigatórias	231.169
Saldo final	512.860

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas bruta de venda	1.127.018	832.167	1.129.916	840.652
(-) COFINS	(85.602)	(63.062)	(86.812)	(64.022)
(-) CFEM	(35.749)	(25.922)	(35.749)	(25.974)
(-) PIS	(18.585)	(13.691)	(18.847)	(13.899)
(-) ICMS	(672)	(672)	(672)	(672)
(-) TFRM	(6.719)	(4.400)	(6.719)	(4.400)
(-) ISS	(90)	-	(2.107)	(1.348)
(-) Royalties	(11.416)	(11.670)	(11.416)	(11.670)
Receitas líquida de venda	968.185	712.750	967.594	718.667

Na controladora e consolidado, a receita líquida corresponde basicamente a operação de comercialização de minério de ferro no complexo de Baratinha que incluem as minas de Baratinha e Mongais. **23 Custo do produto vendido:** A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratamentos às suas localizações e condições existentes. Na controladora e consolidado, o custo do produto vendido é correspondente basicamente a operação de comercialização de minério de ferro no complexo de Baratinha que incluem as minas de Baratinha e Mongais.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo do produto vendido	(256.165)	(193.429)	(256.165)	(198.797)

Custo de venda de minério próprio	(11.765)	(14.638)	(11.765)	(14.638)
Custo de venda de minério adquirido de terceiros (revenda)	(481)	-	(24.874)	(18.714)
Custo de serviço prestado	(268.411)	(208.067)	(292.804)	(232.149)
Total	(288.657)	(222.707)	(298.443)	(245.491)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos	(70.370)	(56.956)	(71.497)	(61.274)
Despesas com vendas (i)	(79.341)	(57.280)	(42.362)	(31.119)
Serviços contratados (ii)	(75.193)	(51.166)	(76.536)	(65.812)
Representações e propaganda	(10.124)	(7.849)	(10.128)	(8.549)
Ocupação	(13.519)	(7.701)	(13.527)	(8.186)
Depreciação e amortização	(4.945)	(2.829)	(5.719)	(4.312)

BEMISA

BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

financeiras que possuem altas qualificações no mercado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

	Controladora			
	Até 1 ano	>1 a 2 anos	>2 a 5 anos	> 5 a 10 anos
Fornecedores	45.467	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.808	28.759	38.899	16.715
	50.275	28.759	38.899	16.715
Consolidado				
	Até 1 ano	>1 a 2 anos	>2 a 5 anos	> 5 a 10 anos
Fornecedores	44.227	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.808	28.759	38.899	16.715
	49.035	28.759	38.899	16.715

Risco de commodities: O resultado da Companhia é influenciado pelo potencial de valorização das commodities no momento da definição do preço de venda do minério de ferro. A rentabilidade da Companhia tem impacto pelas oscilações dos preços destas commodities no mercado. A Companhia e suas controladas vêm realizando estudos geológicos em áreas com potencial de identificação de minério e água. No ambiente de pesquisa e prospecção de áreas com potencial de identificação de minérios, a Companhia e suas controladas estão suscetíveis aos riscos descritos a seguir: • Aquisição ou Ar-

rendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções sem sucesso na identificação de minérios em volumes que justifiquem os investimentos necessários para exploração e disponibilização para vendas; e • Aquisição ou Arrendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções com identificação de minérios de baixa qualidade. **Valor justo hierárquico:** Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Ativos e passivos						
Caixa e equivalentes de caixa	104.573	2	104.573	80.156	2	80.156
Empréstimos e financiamentos	89.181	2	89.181	64.907	2	64.907
Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências entre níveis neste mesmo período. Gerenciamento do capital: A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incomodo, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer com variação de preço súbita ou flutuações do mercado. Visando à gestão do capital saudável, a Companhia e suas controladas adotam a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto						

Augusto Cesar Calzans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Diego Rodrigo de Lima – Contador CRC RJ 109642/O-9 Adriano Correia de Oliveira - Contador CRC 1SP290.391/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Aos Administradores e Acionistas da Bemisa Holding S.A. Rio de Janeiro - RJ - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bemisa Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemisa Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ - Thiago Ferreira Nunes - Contador CRC RJ-112066/O-0

Especial

Seguro para viagem internacional: proteção essencial que 65% dos brasileiros ainda ignoram

POR BÁRBARA SOUZA

O fluxo de brasileiros viajando ao exterior recuperou os níveis pré-pandemia, chegando a 4,2 milhões em 2023 segundo dados do Ministério do Turismo, um dado chama atenção: 65% desses viajantes embarcam sem seguro viagem internacional, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV).

O dado preocupa pois, dados da Seguros Promo apontam que 23% dos turistas brasileiros que viajam para o exterior precisam de algum tipo de assistência médica.

Com o valor médio de uma internação hospitalar nos EUA ou Europa superando US\$ 7.000, o seguro torna-se mais importante para não ter que lidar com essas situações, sem maiores impactos financeiros e surpresas.

"Atendemos cerca de 3 emergências médicas diárias com brasileiros na Europa. Muitos se surpreendem com os custos e não têm como pagar", relata João Silva, diretor da Assist Card Brasil.

Exigências Globais que Poucos Conhecem

Desde 2022, os países do Espaço Schengen exigem seguro mínimo de € 30.000 (cerca de R\$ 160.000,00) para conceder vistos. Porém, 58% dos brasileiros desconhecem essa obrigatoriedade, de acordo com a pesquisa Sondagem Turismo. Além disso, no Caribe, destinos como Cuba e República Dominicana também fazem a exigência na imigração.

Confira alguns dos maiores equívocos dos viajantes que não fazem seguro:

1. "Meu plano de saúde nacional cobre no exterior" (92% não cobrem, segundo ANS)



PEXELS

2. "O seguro do cartão de crédito é suficiente" (coberturas são limitadas a R\$ 20.000)
- 3+ "Só vou ficar em hotéis, não preciso" (80% dos acidentes ocorrem em áreas comuns)
4. "Não vou fazer atividades perigosas" (torções e fraturas são 45% dos casos)
5. "É muito caro" (custa menos que 1% do valor total da viagem)

Os alertas podem parecer longe da realidade, mas o que não faltam são casos reais que servem de exemplo para não deixar de investir no seguro em sua viagem.

Como o caso da biomédica Cristina Meireles, que caiu de bicicleta durante um passeio em Nova York, nos Estados Unidos. Sem seguro, Cristina optou por fazer uma tala por conta própria e seguir a viagem, com dor.

Em contrapartida Isabela Gurgel, que durante uma viagem com amigas aos Estados Unidos em 2018, aos 24 anos, recebeu um diagnóstico de apendicite, teve todos os custos de exames, internações e cirurgia cobertos pelo seguro que fez 1 mês antes de viajar.

Os dois casos exemplificam o impacto de um seguro de saúde em uma viagem internacional, já que a maior parte dos países não contam com um sistema de saúde como o SUS, que atendem de forma gratuita e emergencial não só brasileiros, mas estrangeiros também.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 14 de Maio de 2025 a partir das 09h10

2º Público Leilão: 21 de Maio de 2025 a partir das 15h10

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato de empréstimo com pacto adjecto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 10004863-3, datado em 22/11/2023, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento nº 302, Bloco 04, do Edifício Village do Itaboraí, situado na Rua Visconde do Itaboraí, nº 631, nesta cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, 1º sub-distrito do 1º distrito sede Município, com a área construída de 56,08m², e fração ideal de 0,01162 do terreno que mede no seu todo 4.620,74m², ou sejam 49,90ms, de largura na frente, onde se divide com a Rua Visconde do Itaboraí, 49,90ms, de largura nos fundos, confrontando-se com a Rua Projetada e com quem de direito, 92,60ms, de comprimento do lado esquerdo, confrontando-se com herdeiros ou sucessores de Dr. Grevi Bastos e 93,55ms, de comprimento do lado direito, confrontando-se com a área A, lançada a Construtora Planície Ltda. Matrícula nº 15.832 do 7º Cartório de Ofício de Registro de Imóveis de Campos dos Goytacazes/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 143754. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 171.514,00 (cento e setenta e um mil, quinhentos e catorze reais). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 117.049,43 (cento e dezessete mil, quarenta e nove reais e quarenta e três centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. A Devedora Fiduciária Caroline De Oliveira Manhães, CNH nº 05042817808-DETRAN/RJ, CPF nº 104.796.307-80, intimada das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).**

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thesa Office - CJs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

do fluxo de caixa de curto e longo prazo. **30 Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Vigência	2024	2023
Riscos Operacionais	11/2024 a 11/2025	71.054	71.054
Responsabilidade Civil	09/2024 a 09/2025	20.000	20.000
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	05/2024 a 11/2025	50.000	50.000
Cyber Edge	05/2024 a 05/2025	5.000	5.000
Riscos de Engenharia	08/2024 a 03/2025	64.039	64.039
		210.093	210.093

31 Informações complementares ao fluxo de Caixa Controladora Consolidado

Transações que não envolvem caixa na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Ativos e passivos líquidos de efeitos de reorganização de controlada	(3.141)	-
Adição ao imobilizado - Sem efeito caixa	18.344	18.344
Redução ao imobilizado - Sem efeito caixa	(1.576)	(1.576)

32 Eventos subsequentes: Em 18 de março de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos de R\$ 100.050 da seguinte forma: R\$ 37.410 a serem pagos à conta de dividendos a pagar; R\$ 62.640 a serem pagos a conta de reservas de lucros a distribuir; adicionalmente nesta mesma data, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante bruto de R\$ 10.440, a serem pagos a conta de lucros acumulados referente ao resultado auferidos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025.

Augusto Cesar Calzans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Diego Rodrigo de Lima – Contador CRC RJ 109642/O-9 Adriano Correia de Oliveira - Contador CRC 1SP290.391/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Aos Administradores e Acionistas da Bemisa Holding S.A. Rio de Janeiro - RJ - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bemisa Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemisa Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ - Thiago Ferreira Nunes - Contador CRC RJ-112066/O-0

CLUBE DE ENGENHARIA CNPJ 33.489.469/0001-95 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE), DIA 12/05/2025
Nos termos do Estatuto do Clube, convocamos seus associados, no gozo de seus direitos e atributos, para a AGE, tendo como pauta a homologação da relação de associados com registro ou visto no Crea-RJ, conforme Res. nº 1.144/2024 do Confea. A AGE ocorrerá presencialmente no dia 12/05/2025, com 1ª convocação às 17h30 e 2ª às 18h. Rio, 29/04/2025. Francis Bogossian – Presidente.

São Geraldo Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 10.274.147/0001-23 – NIRE 33.2.1065104-8
Ata de Reunião de Sócios realizada em 11 de dezembro de 2024
Data, Hora e Local: 11/12/2024, na sede social da Companhia, às 09h00.
Presença: Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Isis Paula Cerinotti Malhões, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** 5.1. Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R\$ 4.589.412,13**, constituídos com base nos lucros aprovados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31/12/2023, a título de **lucros complementares**. 5.1.1. Consignar que os lucros declarados serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social. 5.1.2. Consignar que os lucros declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2023. 5.2. Consignar que os lucros declarados, conforme item 5.1., referem-se a parte dos lucros, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2023. 5.3. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **R\$ 1.283.673,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com o consequente cancelamento de **1.283.673** quotas. 5.4. O capital social da Companhia será reduzido de **R\$ 19.741.880,00** para **R\$ 18.458.207,00**, e o número de quotas será reduzido de **19.741.880** quotas para **18.458.207** quotas. 5.5. Consignar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.4. serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Sócios - Qtd de Quotas - % - Valor (em R\$):** Elera Renováveis S.A. - 19.741.879 - 99,9999949 - R\$ 5.873.084,83; Elera Renováveis Participações S.A. - 1 - 0,0000051 - 0,30; **Total - 19.741.880 - 100 - R\$ 5.873.085,13; 5.1.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A.** 5.6. A Cláusula 5ª do Contrato Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: **Cláusula 5ª - O capital social, totalmente integralizado expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 18.458.207,00, dividido em 18.458.207 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 18.458.206 quotas, no valor total de R\$ 18.458.206,00. ii. Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19) possui 01 quota, no valor total de R\$1,00. Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 11/12/2024. (ass.) **Mesa:** Isis Paula Cerinotti Malhões - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. **Sócios Quotistas:** Elera Renováveis S.A. (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhões e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Elera Renováveis Participações S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhões e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Rio Manhuçu Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 08.375.781/0001-00 – NIRE 33.213.321.600
Ata de Reunião de Sócios realizada em 12 de dezembro de 2024
Data, Hora e Local: 12/12/2024, na sede social da Companhia, às 10:30 horas. **Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Isis Paula Cerinotti Malhões, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R\$ 4.278.276,47**, constituídos com base nos lucros aprovados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31.12.2023. 1.1. Consignar que os lucros declarados serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social. 1.2. Consignar que os lucros declarados foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. 2. Consignar que os lucros declarados, referem-se a parte dos lucros, os quais serão ratificados na Reunião de Sócios que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2023. 3. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **R\$ 1.224.412,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com o cancelamento de **1.224.412** quotas. 4. Em virtude da deliberação acima, o capital social da Companhia será reduzido de **R\$ 8.510.082,00** para **R\$ 7.285.670,00**, e o número de quotas será reduzido de **8.510.082** quotas para **7.285.670** quotas. 5. Consignar que os valores declarados nos itens 1. e 3. serão pagos aos sócios quotistas conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Elera Renováveis S.A.: 8.510.081** Quotas, 99,9999882%, **R\$5.502.687,82. Elera Renováveis Participações S.A.: 1** Quota, 0,0000118%, **R\$0,65. Total: 8.510.082 Quotas, 100%, R\$5.502.688,47. 5.1.** Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A.** 6. A Cláusula 5ª do Contrato Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: **Cláusula 5ª - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.285.670,00, dividido em 7.285.670 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: i. A sócia Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96) possui 7.285.669 quotas, totalizando R\$ 7.285.669,00; ii. A sócia Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19), possui 1 quota, totalizando R\$ 1,00. Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, RJ, 12/12/2024. **Mesa:** Isis Paula Cerinotti Malhões - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. **Sócios Quotistas:** Elera Renováveis S.A. (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhões e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Elera Renováveis Participações S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhões e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2025

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.005/2025 no dia 12/05/2025 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Reagentes para automação em Bioquímica (REAGENTE PARA DOSAGEM DE ÁCIDO FÓLICO, REAGENTE PARA DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO, REAGENTE PARA DOSAGEM DE ALANINA AMINOTRANSFERASE(ALT/TGP), REAGENTE PARA DOSAGEM DE ALANINA AMINOTRANSFERASE(ALT/TGP) e etc). Processo nº. 33409.007042/2024-13. O Pregão será realizado no site [https://www.gov.br/compras/pt](https://www.gov.br/compras/pt-br)



FAKE NEWS

Justiça Eleitoral torna Pablo Marçal inelegível pela segunda vez

O influenciador digital Pablo Marçal foi condenado, pela segunda vez na Justiça Eleitoral de São Paulo. Candidato a prefeito nas eleições passadas, Marçal foi acusado de uso indevido das redes sociais, abuso de poder midiático, captação ilícita de recursos e abuso de poder econômico.

A decisão torna Marçal inelegível por oito anos pela segunda vez, uma vez que ele já havia sido condenado por outra ação semelhante em fevereiro. A Justiça Eleitoral também determinou que o ex-candidato pague uma multa de R\$ 420 mil.

O juiz da 1ª Zona Eleitoral, Antonio Maria Patino Zorz, julgou parcialmente procedente uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral, apresentada pelo Partido Socialista

Brasileiro (PSB).

A punição ao então candidato foi motivada pelo uso de cortes editados de vídeo, divulgados nas redes sociais durante a campanha eleitoral. Tais cortes eram pagos pela equipe de Marçal para terceiros (influenciadores, internautas etc), que viralizavam as postagens.

Ainda na mesma ação, o juiz julgou improcedente o pedido de condenação ao réu por captação ilícita de sufrágio (compra de votos). Decisão ainda cabe recurso à decisão.

“Essa decisão é temporária. Cumprimos todos os requisitos legais durante a campanha. Confio na Justiça e estou certo de que vamos reverter”, declarou Pablo Marçal por meio de sua assessoria de imprensa.

PROGRAMA

ViaMobilidade leva a alunos de escolas trabalho de operação dos trens

A ViaMobilidade 8 e 9 promove o programa Visitação nas Escolas, uma parceria com escolas públicas que busca aproximar os alunos do setor ferroviário e conscientizá-los da importância da mobilidade urbana. As instituições de ensino que participam do projeto são próximas às estações das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda.

A iniciativa apresenta a esses jovens os bastidores do trabalho diário que mantém os trens em operação para atender a população paulista. Além disso, a ação visa estimular o olhar vocacional e o senso de pertencimento da comunidade em relação ao transporte público, reforçando a importância da preservação desse serviço essencial. Durante a ação, é apresentada a realidade por trás do trem que chega à plataforma, cujo sistema transporta diariamente, em média, mais de 840 mil passageiros nas linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda.

COMO FUNCIONA

O programa é dividido em duas etapas. Na primeira, os líderes da ViaMobilidade 8 e 9 visitam as escolas e promovem um bate-papo interativo com os alunos, compartilhando suas histórias, trajetórias e desafios, destacando a importância da mobilidade urbana e as diversas carreiras do setor. O objetivo é inspirar os jovens a refletirem sobre o futuro profissional e conhecerem oportunidades que talvez não estivessem no radar.

Na segunda etapa, os jovens realizam uma excursão ao Pátio Presidente Altino, onde acompanham de perto as operações da empresa. Durante a visita, os estudantes conhecem histórias de profissionais de diferentes áreas, como engenharia, Centro de Controle Operacional (CCO), manutenção, atendimento e segurança, recursos humanos e tecnologia, para conhecer na prática o trabalho dos especialistas que garantem o funcionamento dos trens.

2024

Supermercados paulistas faturaram R\$ 328 bilhões

A Associação Paulista de Supermercados (Apas) anunciou ontem que o setor faturou de R\$ 328 bilhões em 2024, um crescimento de 3% comparada ao ano anterior.

Para a associação, cujo setor responde por 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no estado) de São Paulo, as razões para a melhora no cenário foram “a retomada da atividade

e econômica, a reorganização do consumo das famílias e uma expansão significativa no número de estabelecimentos e na geração de empregos”.

Em 2024, foram abertos 4.023 novos estabelecimentos do setor, enquanto 1.355 foram fechados, deixando um saldo positivo de 2.668 novos pontos de comércio. Somente em São Paulo, existem aproximadamente 27 mil supermercados.

A capital São Paulo, Guararu-

lhos e Campinas foram os municípios com maior número de lojas abertas. São Paulo e Campinas também estão na lista da maior quantidade de empreendimentos fechados, juntamente com Osasco.

EMPREGOS

A Apas informou ainda que em 2024 foram criadas no setor cerca de 22 mil vagas de trabalho, sendo que 75% foram ocupadas por mulheres. Atual-

mente, o segmento supermercadista conta com 690 mil pessoas trabalhando no estado, mas tem ainda 34 mil vagas disponíveis.

Para o segundo semestre, a entidade aponta para uma conjuntura mais desafiadora. Os motivos, segundo a Apas, são os impactos climáticos, instabilidades geopolíticas e a desaceleração de economias globais como a China e Estados Unidos

EXIBICIONISMO

Empresário do agronegócio morre ao bater BMW em corrida no interior

RENATA OKUMURA/AE

O empresário Wilson Araujo Coelho, de 48 anos, que morreu ao bater sua BMW durante um evento automobilístico de carros de luxo, atuava no ramo do agronegócio.

Ele morava em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e pertencia a uma família influente na pecuária e na política. Ele deixa esposa e dois filhos.

O pecuarista era conhecido como Coelho Neto. No momento do acidente, ele pilotava uma

BMW M3 Competition, quando perdeu o controle do veículo sob pista molhada e colidiu contra um Porsche 911 Turbo S, conduzido por um homem de 41 anos, e um Audi S3, dirigido por um motorista de 43 anos, ambos no sentido oposto.

Apesar do atendimento médico imediato, ele não sobreviveu. Os outros envolvidos no acidente receberam atendimento e estão bem.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o caso foi registrado na

Delegacia Seccional de Araraquara (SP) como homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal culposa.

Por meio das redes sociais, a Driver Brasil lamentou a morte de Coelho Neto. O Driver Top Speed 2025 era realizado no Aeródromo da Embraer, em Gavião Peixoto (SP). Chovia no momento do acidente.

“É com grande pesar que informamos o falecimento de Wilson Araujo Coelho, participante do Driver Top Speed 2025, durante o evento na pista da Embraer GPX.

Nossos pensamentos estão com a família e amigos de Wilson neste momento difícil”, publicou.

Também por meio das redes sociais, o deputado estadual Jamilson Name (PSDB) lamentou a morte do pecuarista e empresário campo-grandeense.

“Neto deixa esposa, dois filhos e um legado de trabalho, amizade e respeito na comunidade de Campo Grande (MS), onde sempre foi reconhecido pelo seu espírito empreendedor e pela dedicação à família e aos amigos”, disse ele.

PROPRIEDADES

SP eleva em 500% as validações de cadastros ambientais para setor rural

O Estado de São Paulo alcançou 120 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs) validados neste mês, marca que impulsiona o agro paulista no compromisso ambiental e valida negócios para melhores condições de acesso ao crédito. O impulsionamento do número foi conquistado com investimentos do Governo de São Paulo em tecnologia para acelerar o processo.

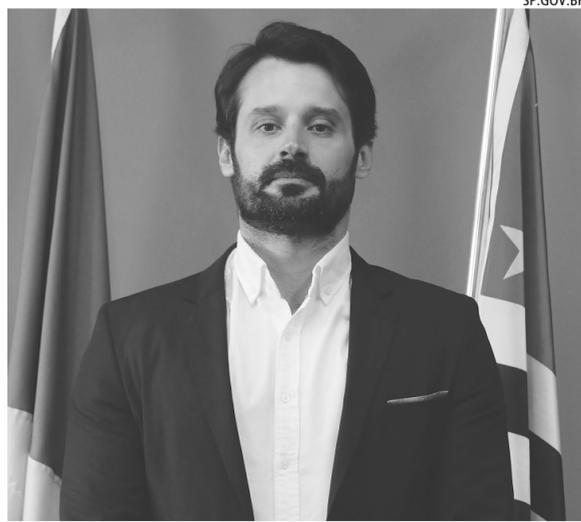
As validações cresceram 500% desde o início desta gestão. Até o final do ano, o governo paulista pretende chegar à marca de 200 mil cadastros validados. Atualmente, são 432 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs) ativos e 120 mil validados. Desde 2023, foram mais de 96 mil validações, resultado de um sistema eficiente, que une análise dinamizada por inteligência artificial ao esforço dos profissionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

O cadastro de número 120 mil será destaque durante a Agrishow 2025, reforçando o compromisso do Governo de São Paulo com a adequação das propriedades rurais ao Código Florestal Brasileiro.

Com isso, São Paulo lidera a agenda de conservação territorial na atividade agropecuária nacional, preservando 25% do seu território, acima do que o Código Florestal Brasileiro exige, que é de 20%. Esse resultado significativo é resultado de um árduo trabalho, junto aos produtores rurais paulistas, para validarem o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

“Só SP atingiu a marca de 120 mil Cars validados. Somos uma potência agroambiental, nossas reservas florestais estão crescendo, 25% das nossas propriedades tem CAR validado. Até 2026, todas as 400 mil propriedades rurais paulistas terão o cadastro ambiental validado”, comenta o governador Tarcísio de Freitas.

Julio Simões, técnico da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de Jaú,



SP.GOV.BR

explica o CAR:

A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularização ambiental do imóvel e foi necessária uma estrutura e profissionais capacitados para acelerar este processo de cadastro das propriedades dos pequenos produtores rurais. Cerca de 80% dos cadastros feitos precisaram ser modificados por algum erro de preenchimento, segundo Luís Gustavo Ferreira, coordenador de ação regional.

“Vamos validar 100% dos CAR de SP até 2026. Com análise dinamizada e inteligência artificial, SP será o primeiro no Brasil a implementar o código florestal brasileiro. Nosso produto é muito valioso e nosso agro é o mais sustentável do mundo”, afirmou Guilherme Piai (foto), secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Vale lembrar que o CAR é um facilitador para acesso a créditos e incentivos. Para os proprietários rurais, o cadastro é um requisito para acessar diversos programas de financiamento e créditos agrícolas oferecidos tanto pelo governo federal quanto estadual. Isso inclui linhas de crédito para adoção de práticas

sustentáveis, recuperação de áreas degradadas e manutenção de áreas de preservação.

O Plano Safra 2024/25 beneficiou os produtores com cadastro regularizado, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis. Os produtores que têm o CAR aprovado tiveram 0,5% de desconto, e outras boas práticas de sustentabilidade também foram beneficiadas com mais 0,5%. Portanto, 1% a menos de juros para os produtores que têm práticas de sustentabilidade.

O CAR permite o monitoramento das áreas de vegetação nativa, o que ajuda a identificar áreas desmatadas ou em processo de degradação, facilitando ações de fiscalização e prevenção de crimes ambientais. No estado de São Paulo, esse controle é fundamental, especialmente em regiões com grande biodiversidade e ameaças de desmatamento ilegal.

Ao reunir informações detalhadas sobre a vegetação nativa, o uso do solo e as áreas de preservação, o CAR é uma ferramenta estratégica para o planejamento

de políticas públicas voltadas para a conservação ambiental. Ele auxilia o governo paulista na definição de áreas prioritárias para restauração ecológica, ações de manejo e conservação de recursos hídricos.

Em resumo, o CAR é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo. Ele oferece um caminho para a regularização ambiental, possibilitando ao mesmo tempo o acesso a incentivos, participação em programas de recuperação e o apoio a uma gestão ambiental mais eficiente e transparente.

SOBRE O CAR

Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente – APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

AGRISHOW 2025

A marca dos 120 mil Cadastros Ambientais Rurais validados foi um dos destaques da Agrishow 2025, maior feira agrícola da América Latina. O evento é realizado entre os dias 28 de abril e 2 de maio em Ribeirão Preto. O Governo de São Paulo marca presença na feira e traz diversos anúncios para os produtores rurais. Além disso, a SAA também apresenta sete institutos de pesquisa vinculados à Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios (Apta).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 22ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Títulos dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizadora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 e seguintes do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 22ª (vigésima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos por Cláudio Henrique de Santi, Cláudia Aparecida Pizzi de Santi, João Bosco de Santi, Valéria Arjona de Santi, Luis Carlos de Santi e Eleusa Cristina Malvestro De Santi” (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 15 de maio de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Considerando o encerramento do prazo adicional concedido na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 16 de dezembro de 2024 (“AGT 16/12/24”), para conclusão e averbação do georreferenciamento do imóvel, aprovar o waiver para não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (v), da Cédula de Crédito Bancário CCB nº 41501185-0; (ii) Caso aprovado o item “I” acima, aprovar a concessão de prazo adicional para conclusão e averbação do georreferenciamento do imóvel de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da formalização da AGT; (iii) Ratificar a anuência concedida pela Securitizadora no Termo de Anuência, que segue na forma do Anexo II à AGT, com a finalidade de regularizar e registrar as coordenadas geográficas que representam os limites do georreferenciamento do imóvel objeto do “Instrumento Particular De Constituição De Alienação Fiduciária De Imóvel Em Garantia Sob Condição Suspensiva E Outras Avenças” (“Alienação Fiduciária”), registrada sob a matrícula 5.260. (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI DE SANTI (22)”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 25 de abril de 2025

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

REDES SOCIAIS

AGU acusa Meta de enriquecer com anúncios fraudulentos

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou, ontem, uma Ação Civil Pública pedindo a condenação da Meta, controladora do Whatsapp, Facebook e Instagram, por enriquecimento ilícito e danos morais coletivos causados por falhas na verificação de anúncios fraudulentos que utilizam imagens do governo federal.

De acordo com a AGU, a ação

pede ainda que seja coibido o uso indevido de símbolos e marcas do governo, bem como de imagens e vídeos de autoridades públicas, nas redes sociais administradas pela Meta.

"Foi identificado que ao menos 1.770 anúncios fraudulentos foram publicados com o objetivo de aplicar golpes financeiros contra os consumidores usuários dessas redes. As publicações utilizavam indevidamente símbolos de órgãos oficiais e imagens de autoridades", disse

a AGU, em nota.

A instituição pede ainda que seja apontado o valor recebido pela Meta com a veiculação dos 1.770 anúncios, e que a empresa seja condenada a destinar o montante ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

"As peças publicitárias fraudulentas ofertavam programas governamentais reais ou fictícios, se passavam por páginas de instituições públicas e privadas e manipulavam a imagem de lideranças políticas com Inte-

ligência Artificial (IA)". "A maioria dos anúncios fraudulentos divulgavam um suposto direito a saque de valores pela população, prometendo a liberação do dinheiro mediante o pagamento de uma falsa taxa de serviço", destacou a AGU.

Entre as marcas do governo utilizadas nos anúncios fraudulentos estão a do PIX, do Programa Bolsa Família, da Polícia Federal, da Receita Federal, do gov.br, e do Governo Federal Brasil União e Reconstrução.

ATLASINTEL

Lula está à frente de Tarcísio e Michelle nas eleições de 2026

GABRIEL DE SOUSA

Pesquisa do instituto AtlasIntel divulgada ontem, mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera em cenários das eleições de 2026 com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) como adversários.

O instituto AtlasIntel ouviu 5.419 pessoas a partir de um recrutamento digital aleatório entre os dias 20 e 24 de abril. A margem de erro é de um ponto porcentual para mais ou para menos e o índice de confiabilidade é de 95%.

Em um cenário de primeiro turno com Tarcísio, Lula tem 42,8% das intenções de voto e o governador de São Paulo, 34,3%. Na sequência, aparecem o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), com 4,3%. O ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes (PDT) e o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), têm 2,7%, cada. Inevitável pela segunda vez após decisão da Justiça Eleitoral de São Paulo deste domingo, passado, Pablo Marçal (PRTB) registra 2% na sondagem.

Os governadores do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Eduardo Leite (PSDB) e Romeu Zema (Novo), respectivamente, têm 1,6%, cada. A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), aparece com 0,1%, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), não pontuou. Os entrevistados que não souberam responder ou declararam voto em branco ou nulo somam 8%.

Já no cenário com Michelle e sem Tarcísio, Lula tem 43,3% das intenções de voto, enquanto a ex-primeira-dama aparece com 31,3%. Na sequência, estão Caiado (5,5%), Ciro Gomes (3%), Romeu Zema (3%), Eduardo Leite (2,7%), Ratinho Júnior (2,6%),

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Pablo Marçal (1,7%), Simone Tebet (0,1%) e Marina Silva (0%). Os entrevistados que não souberam responder ou declararam voto em branco, ou nulo somam 6,9%.

Em um eventual segundo turno contra Tarcísio, Lula e o governador paulista possuem os mesmos 46,7%. Outros 6,6% não sabem em quem votariam ou declararam voto em branco ou nulo. No levantamento anterior da AtlasIntel, divulgado no dia 1º de abril, o governador tinha 47% enquanto o presidente, 46%.

POPULARIDADE

Pesquisa divulgada pelo instituto AtlasIntel ontem, mostra que 50,1% dos brasileiros desaprovam o desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no comando do País. Outros 46,1% aprovam a atuação do petista. Não souberam responder 3,8%.

Na pesquisa anterior feita pelo instituto, divulgada no dia 1º de abril, 53,6% desaprovavam Lula, mostrando um recuo de 3,5 pontos percentuais no índice negativo. Os que aprovavam, por sua vez, eram 44,9%. Houve um crescimento de 1,2 ponto porcentual.

A última vez que a desaprovção do petista esteve abaixo dos 50% foi em dezembro do ano passado. Por outro lado, uma aprovação acima dos 50% não é registrada desde outubro de 2024.

DESMATAMENTO ILEGAL

STF permite desapropriação de terra por 'incêndio criminoso'

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a desapropriação de imóveis rurais envolvidos em casos de incêndios criminosos ou desmatamento ilegal. A medida deverá ser aplicada pelo governo federal e pelos estados quando a responsabilidade do proprietário estiver devidamente comprovada.

A decisão do ministro foi proferida na ação na qual o STF determinou medidas para prevenção e combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal.

No entendimento de Flávio

Dino, a Constituição permite a desapropriação de terras que não cumprem sua função social, mediante prévia e justa indenização com títulos da dívida agrária.

Segundo o ministro, nos casos de incêndios e desmatamentos ilegais, a desapropriação pode ser autorizada pela falta de preservação do meio ambiente.

"Determino a intimação da União para que promova as medidas administrativas necessárias à desapropriação, por interesse social, de imóveis atingidos por incêndios dolosos ou desmatamento ilegal, quando a responsabilidade do proprietário esteja devidamente compro-

vada", decidiu.

Na mesma decisão, Dino também permitiu que a União e os estados da Amazônia Legal e do Pantanal impeçam a regularização fundiária em propriedades que praticam ilícitos ambientais e e também o pagamento de indenizações aos responsáveis por incêndios dolosos e desmatamento ilegal.

"Não é razoável que, ano após ano, bilhões de reais de dinheiro público sejam gastos combatendo incêndios dolosos e desmatamentos claramente ilegais. Com este ciclo perpétuo, pune-se duplamente a sociedade", completou o ministro.

Em março de 2024, o STF de-

terminou que o governo federal terá que cumprir metas contra o desmatamento na Amazônia por meio da quinta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Além disso, há medidas de combate às queimadas que devem ser cumpridas.

O caso chegou ao STF em 2020. Nas ações julgadas, partidos políticos cobraram do ex-presidente Jair Bolsonaro ações contra o desmatamento da Amazônia.

O plano estava em passos lentos durante o governo Bolsonaro e foi retomado em junho de 2023 pelo atual governo.

STF

Moraes dá 48 horas para defesa informar estado de saúde de Collor

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu prazo de 48 horas para a defesa apresentar informações sobre o estado de saúde do ex-presidente Fernando Collor. A medida foi determinada para permitir a análise do pedido de prisão domiciliar.

Na quinta-feira, Moraes determinou a prisão do ex-presi-

dente para dar início ao cumprimento da condenação a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um dos processos da Operação Lava Jato. Em seguida, os advogados entraram no STF um pedido de prisão domiciliar para o ex-presidente.

De acordo com a defesa, Collor tem 75 anos de idade e diversas comorbidades, como doença de Parkinson, apneia do sono

grave e transtorno afetivo bipolar.

Na decisão de ontem, o Moraes também decretou sigilo sobre os documentos.

Em 2023, Collor foi condenado pelo STF. Conforme a condenação, o ex-presidente e ex-senador, como antigo dirigente do PTB, foi responsável por indicações políticas para a BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, e recebeu R\$ 20 milhões em vantagens indevidas

em contratos da empresa. Segundo a denúncia, os crimes ocorreram entre 2010 e 2014.

Ao determinar a prisão, Moraes entendeu que os recursos da defesa de Collor para derrubar a condenação são protelatórios para evitar a condenação.

Collor está preso no Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, em Maceió. Por ser ex-presidente, ele cumpre a pena em uma ala especial.

SG DA CACHOEIRINHA

Alta de Covid-19 faz cidade do Amazonas retomar uso de máscara

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, na região da cabeça do cachorro, no Amazonas, decretou o retorno do uso obrigatório de máscaras em ambientes fechados, como repartições públicas, estabelecimentos comerciais, escolas, igrejas e transportes coletivos. A medida, anunciada na última sexta-feira, foi tomada em razão do aumento nos casos de covid-19 no município.

A ação atende uma recomendação da Defensoria Pública do Amazonas. De acordo com o órgão, somente em abril, o município, distante a 852 km de Manaus, havia registrado quase 400 casos positivos de covid-19 de 897 suspeitos. Em março, de 197 casos suspeitos, foram registrados 87 casos positivos. Em dezembro do ano passado, o número de casos registrados foi 14.

"A alta procura pelos testes revelou outra informação: mesmo os casos negativos para covid-19 indicam que outras viroses respiratórias estão circulando na cidade, colocando em risco a saúde da população", diz ofício encaminhado pelo defensor público Marcelo Barbosa à Secretaria Municipal de Saúde, na quarta-feira passada, recomendando a medida.

Além da obrigatoriedade do uso de máscaras, a prefeitura também restringiu o acesso às

áreas indígenas para pessoas que não apresentem caderneta de vacinação contra a covid-19 atualizada ou teste negativo realizado nas últimas 48 horas. O decreto permanecerá vigente enquanto houver recomendações das autoridades sobre o uso de máscaras.

Segundo a prefeitura, a medida visa proteger a população local, especialmente as comunidades indígenas, que representam cerca de 90% dos habitantes do município.

Em nota, a prefeitura anunciou o adiamento do evento de lançamento do Festival Cultural dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro (Festribal), que ocorreria no sábado. "Informamos que nova data será divulgada em tempo oportuno", diz aviso da prefeitura.

A Secretaria Municipal de Saúde informou que está realizando testes rápidos de covid-19 nas unidades básicas de saúde (UBS), para pessoas que apresentarem sintomas gripais.

A fiscalização para o cumprimento das determinações do decreto ficará a cargo de órgãos e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), que poderá solicitar documentação comprobatória, no caso da entrada em áreas indígenas.

O descumprimento das medidas determinadas poderá resultar em sanções administrativas, além de outras medidas cabíveis conforme a legislação vigente.

CONGRESSO

Alcolumbre prepara projeto para reduzir penas de golpistas do 8/01

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretende apresentar um projeto para reduzir a pena dos envolvidos no 8 de Janeiro. O texto está sendo negociado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e com o Supremo Tribunal Federal.

Uma das versões em negociação prevê aumento da punição para os acusados de organizar tentativas de golpe de Estado. O novo projeto busca um meio termo para aliviar as penas impostas pelo STF, que chegam a 17 anos de prisão, mas assegurar que eventuais acusados de orquestrar o rompimento da ordem democrática tenham punições mais severas.

Como revelou a Coluna do Estadão no início do mês, o presidente da Câmara procurou o presidente Lula e ministros do

Supremo com o objetivo de construir um acordo para revisão das penas dos condenados pelo 8/1, com o intuito de pacificar o País.

O projeto que já tramita na Câmara e é defendido pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, concede anistia total aos envolvidos no 8 de Janeiro. Parlamentares que apoiam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sustentam que esse texto ainda pode beneficiar também o ex-presidente que virou réu por tentativa de golpe de Estado em processo que tramita no STF.

Para assegurar que a nova proposta possa tramitar de maneira mais rápida e consiga aderência dos mais variados partidos, o texto deve ser apresentado formalmente pelo próprio Alcolumbre.

O texto em gestação pode reduzir em até 2/3 a pena de presos que foram levadas a partici-

par de atos em relação à punição de quem organizou ou estimulou a ação golpista. Outra ideia na mesa prevê deixar de considerar os crimes de abolição do Estado democrático e tentativa de golpe como crimes separados. Um deles passaria a ser crime antecedente. Com isso, as penas não se somariam, o que levaria à redução da punição definida na sentença.

Ministros do STF têm sido refratários à concessão de anistia para livrar da condenação todos que já têm sentença aprovada pela maioria da Corte. Em entrevista ao jornal O Globo, o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, defendeu as penas que foram aplicadas.

"O Supremo aplicou a legislação editada pelo Congresso nos julgamentos do 8 de Janeiro. A solução para quem acha que as penas foram excessivas é uma mudança na lei. Não acho que

seja o caso de anistia, porque anistia significa perdão. E o que aconteceu é imperdoável", disse Barroso.

Na Câmara, o partido de Bolsonaro tenta angariar apoios ao requerimento para forçar votação em regime de urgência ao projeto de anistia total. A legenda apresentou uma lista de 262 apoios à urgência.

Segundo Placar da Anistia do Estadão, pelo menos 207 dos 513 deputados dizem endossar a anistia aos presos do 8 de Janeiro.

Nos últimos dias, o presidente da Câmara tem resistido à pressão do PL. Em reunião com os líderes da Casa legislativa, ele obteve adesão das lideranças para adiar a apreciação do tema. "Já há uma sinalização, dos líderes que pediram o adiamento, que o diálogo entre os partidos pode avançar para uma solução", disse Motta.

COPACABANA

Show de Lady Gaga terá 5,3 mil agentes no esquema de segurança

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Mais de 5,3 mil agentes das forças de segurança do estado do Rio atuarão no esquema especial organizado para proteger o público no *show* da cantora americana Lady Gaga, no próximo sábado, na praia de Copacabana. A expectativa é que cerca de 1,6 milhão de pessoas compareçam ao *show* da artista.

“Estamos construindo um ótimo histórico, entregando bons resultados relacionados à segurança em grandes eventos, ao fortalecimento da cultura, do entretenimento e do setor turístico. Isso é possível graças à integração das nossas secretarias e ao uso de tecnologias, auxiliando o trabalho das forças de segurança”, afirmou o governador Cláudio Castro.

EFETIVO

Com 70 viaturas e 78 torres de observação, a Polícia Militar mobilizará 3,3 mil agentes no policiamento ostensivo e repressivo. Além disso, estarão em ação grupos de policiais especializados em patrulhamento de multidão, com trabalho especificamente destinado à prevenção de roubos e furtos durante o espetáculo.

O Centro Integrado de Comando e Controle Móvel estará posicionado na Praça do Lido, com dois drones de reconhecimento facial, além de 12 câmeras extras de reconhecimento facial na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Haverá ainda policiamento na faixa de areia com cinco tendas de apoio.

“A segurança é o principal vetor para permitir que os artistas incluam o Rio como destino de turnês. A integração entre as forças é fundamental para melhorar e aprimorar as atividades nesse momento. Serão mais de 5 mil agentes empenhados para garantir que moradores e turistas tenham a melhor experiência possível”, disse o secretário de Segurança Pública, Victor dos Santos.

O policiamento será reforçado no Aterro do Flamengo, Terminal Gentileza, Terreirão do Samba e Central do Brasil. As principais vias de acesso a Copacabana vão contar com pontos de bloqueio e revista. O Túnel Coelho Cintra, que liga

os bairros de Botafogo e Copacabana, terá um ponto de interceptação.

Já as estações de metrô Cardenal Arcoverde, Siqueira Campos e Cantagalo, na zona sul, terão revista de passageiros com detectores de metal. Além disso, os agentes farão o chamado “cinturão de segurança” do Leme até Copacabana, com 18 pontos de bloqueio e revista com reconhecimento facial em pórticos nas ruas de acesso à praia.

Mais de 1,5 mil policiais civis trabalharão no policiamento do *show* de Lady Gaga, com reforço nas delegacias da zona sul e do centro e apoio das delegacias especializadas. O esquema será acionado logo no início do feriado, 1º de maio, e se estenderá até as 5h da madrugada de domingo.

A Secretaria de Administração Penitenciária vai aumentar o efetivo trabalhando nos plantões nas unidades prisionais de Gericinó e demais complexos prisionais, além de acompanhar, em tempo real, as pessoas monitoradas por tornozeleiras eletrônicas em toda a orla de Copacabana e entorno, identificando possíveis violações do uso do equipamento.

BOMBEIROS

No esquema pensado para o *show*, o Corpo de Bombeiros contará com 400 militares posicionados por toda a extensão da praia, preparados para agir em três frentes: terrestre, aérea e marítima, com o objetivo de garantir a segurança do público.

Ao todo, 12 postos de guarda-vidas estarão ativos antes, durante e após o evento, garantindo o socorro imediato a banhistas e frequentadores da orla marítima.

TURISMO

O setor turístico registrou aumento de 26% no volume de passageiros e 19% no de voos no período do *show* de Lady Gaga, na comparação com os números da primeira semana de maio do ano passado.

O Aeroporto do Galeão deve receber mais de 360 mil passageiros no período, sendo 256 mil domésticos e 107 mil internacionais. Além disso, passageiros de 50 embarcações vão assistir ao espetáculo na praia de Copacabana, do mar.

EUROPA

Premiê espanhol: é cedo para apontar as causas de apagão

Alguns pontos de Portugal e da Espanha voltaram a ter energia elétrica na tarde desta segunda-feira, mas o fornecimento completo de energia deve voltar apenas a partir de hoje, segundo autoridades dos dois países.

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, em pronunciamento à nação, pediu que os cidadãos evitem deslocamentos desnecessários e poupem o uso de telefone para não colapsar os centros de atendimento de emergência.

Sánchez disse que ainda é cedo para identificar as causas do apagão, o pior da história espanhola. “As causas ainda estão sendo estudadas. É melhor não especular”, disse o premiê, que pediu para a população confiar apenas em informações oficiais e evitar notícias falsas.

Em Portugal, a companhia Redes Energéticas Nacionais (REN) atribuiu o blecaute a um raro fenômeno atmosférico, decorrido de variações térmicas no interior da Espanha.

O Centro Nacional de Cibersegurança português emitiu um comunicado afirmando que não havia indícios de que a interrupção tenha sido causada por um ataque cibernético.

A queda de energia atingiu toda a Espanha e Portugal, incluindo suas capitais, interrompendo o fornecimento de energia em re-

des de metrô, linhas telefônicas, semáforos e caixas eletrônicas.

Os países têm uma população combinada de mais de 50 milhões de pessoas. É raro ter uma queda de energia tão generalizada na Península Ibérica. Segundo a distribuidora portuguesa E-Redes, o apagão também afeta partes da França.

REUNIÃO

O Conselho de Ministros português convocou uma reunião de emergência na residência do primeiro-ministro, e o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, visitou a distribuidora de energia Red Eléctrica para acompanhar os esforços de restauração das operações da rede.

Algumas horas após o apagão, a operadora de rede elétrica da Espanha afirmou que estava recuperando a energia no norte e no sul da península, o que ajudaria a restaurar progressivamente o fornecimento de energia em todo o país.

O governo português afirmou que a queda de energia parecia ter sido causada por problemas externos ao país, disse uma autoridade à agência de notícias nacional Lusa. “Parece que foi um problema com a rede de distribuição, aparentemente na Espanha. Ainda está sendo apurado”, disse o ministro Leitão Amaro, citado pela agência.

A distribuidora portuguesa E-

Redes afirmou que a interrupção ocorreu devido a “um problema com o sistema elétrico europeu”, segundo o jornal português *Expresso*. A empresa afirmou ter sido obrigada a cortar o fornecimento de energia em áreas específicas para estabilizar a rede, segundo o *Expresso*.

ESPAÑA

A emissora pública espanhola RTVE informou que uma grande interrupção de energia atingiu várias regiões do país logo após o meio-dia, horário local, deixando sua redação, o parlamento espanhol em Madri e estações de metrô em todo o país no escuro.

Um gráfico no site da rede elétrica espanhola, mostrando a demanda em todo o país, indicou uma queda acentuada por volta das 12h15, de 27.500 MW para quase 15.000 MW.

Um vídeo exibido na televisão espanhola mostrou pessoas saindo de estações de metrô em Madri e estações vazias com trens parados em Barcelona.

O torneio de tênis Masters 100 de Madri foi suspenso. Três partidas estavam em andamento quando houve queda de energia.

O departamento de trânsito da Espanha pediu aos cidadãos que evitassem usar seus carros o máximo possível devido à queda de energia, que afetou os semáforos e a sinalização elétrica das

estradas.

Em Terrassa, uma cidade industrial a 50 quilômetros de Barcelona, lojas que vendiam geradores estavam sem estoque depois que as pessoas formaram filas para comprá-los.

PORTUGAL

Em um país com cerca de 10,6 milhões de habitantes, a queda de energia atingiu a capital, Lisboa, e áreas vizinhas, bem como as regiões norte e sul.

A polícia portuguesa colocou mais policiais de plantão para direcionar o trânsito e lidar com o aumento dos pedidos de ajuda, incluindo de pessoas presas em elevadores. Os semáforos de Lisboa pararam de funcionar. Hospitais portugueses e outros serviços de emergência passaram a usar geradores. Postos de gasolina pararam de funcionar e trens pararam de circular.

A Autoridade Nacional de Emergências e Proteção Civil de Portugal informou que os sistemas de energia de reserva estavam operando. Vários vagões do metrô de Lisboa foram evacuados, segundo relatos.

Também em Portugal, tribunais pararam de funcionar e caixas eletrônicas e sistemas de pagamento eletrônico foram afetados. Não era possível fazer chamadas em redes de celular, embora alguns aplicativos funcionassem.

MASSACRE

Irã condena ataque dos EUA ao Iêmen e vê ‘crimes de guerra’

PEDRO LIMA/AE

O Ministério das Relações Exteriores do Irã divulgou ontem, um comunicado condenando “fortemente” os recentes bombardeios dos Estados Unidos no Iêmen, que atingiram civis e deixaram mais de 100 mortos e feridos. O porta-voz da pasta, Esmail Baqaei, classificou os ataques como “crimes de guerra”, ressaltando que alvos civis e infraestruturas

vitais foram atingidos.

“O Irã condena fortemente os bombardeios dos EUA na noite passada em diferentes partes do Iêmen, incluindo um campo de migrantes africanos na província de Saada, que matou e feriu mais de 100 pessoas inocentes”, afirmou Baqaei. Ele acrescentou que os “ataques contínuos dos EUA contra alvos civis, infraestruturas vitais e residências em várias regiões do Iêmen, que re-

sultaram na morte de centenas de inocentes, constituem um crime de guerra”.

Baqaei também criticou o que chamou de “silêncio e indiferença” da Organização das Nações Unidas (ONU) e de organizações de direitos humanos diante da “violação flagrante da lei internacional e da soberania do Iêmen”. O porta-voz associou os bombardeios a um “plano sinistro” do regime israelense para

“destruir e enfraquecer países muçulmanos e desestabilizar toda a região do Oeste Asiático”.

O comunicado ainda vinculou a situação no Iêmen ao conflito em Gaza, acusando EUA e Israel de promoverem uma estratégia conjunta de repressão. “O genocídio em curso pelo regime sionista na Palestina ocupada e sua agressão contra o Líbano fazem parte da mesma agenda”, disse Baqaei.

PARCERIA

Kremlin celebra apoio militar da Coreia do Norte e promete fortalecer laços

PEDRO LIMA/AE

O Kremlin afirmou ontem, que as relações com a Coreia do Norte continuarão a se desenvolver “dinamicamente em todas as áreas”, após a participação de tropas norte-coreanas no combate a uma incursão ucraniana na região russa de Kursk. Em comunicado oficial, o governo russo destacou que suas Forças Armadas “derrotaram completamente” os grupos ucranianos que invadiram o território,

encerrando o que classificou como uma “provocação criminosa” de Kiev.

A Rússia expressou confiança de que os laços entre Moscou e Pyongyang, “aprofundados no campo de batalha”, seguirão se fortalecendo. “Estamos certos de que a amizade, a boa vizinhança e a cooperação entre nossas nações se desenvolverão com sucesso e dinamismo em todas as direções”, afirmou o texto.

Segundo o Kremlin, unidades do exército da Coreia do Norte

participaram ativamente da operação, em conformidade com o “Tratado de Parceria Estratégica Abrangente” assinado entre os dois países em junho de 2024. O comunicado citou o artigo 4 do acordo, que prevê “assistência militar imediata em caso de ataque armado” a uma das partes.

“Os amigos coreanos agirão com base em um senso de solidariedade, justiça e verdadeira camaradagem”, destacou o Kremlin, acrescentando que a Rússia está “profundamente

grata” ao líder Kim Jong Un, ao governo e ao povo norte-coreano. Moscou também elogiou o “heroísmo, treinamento e dedicação” dos soldados da Coreia do Norte, que lutaram “ombro a ombro” com as tropas russas.

“O povo russo nunca esquecerá o feito dos combatentes de elite coreanos. Honraremos eternamente seus heróis, que deram suas vidas pela Rússia e por nossa liberdade comum, assim como nossos irmãos de armas”, concluiu o comunicado.

Bloco

Vieira: Brics deve fortalecer uma diplomacia preventiva

DANIELA AMORIM/AE

O Brics deve fortalecer uma diplomacia preventiva, uma força para o bem, atuando não como um bloco de confronto, mas sim como uma coalizão de cooperação, defendeu ontem, o ministro das Relações Exteriores,

Mauro Vieira. Em reunião de chanceleres dos países do Brics, no Palácio do Itamaraty, na região central do Rio de Janeiro, Vieira disse que investir na paz significa abordar as causas profundas da instabilidade, entre elas a pobreza, desigualdade e instituições frágeis. “O sofrimen-

to humano jamais deve ser instrumentalizado. O Brics deve continuar a defender um sistema humanitário global neutro, justo, unificado e genuinamente universal. O caminho para a paz não é fácil nem linear, mas o Brics pode e deve ser uma força para o bem. Não como um bloco

de confronto, mas como uma coalizão de cooperação. Devemos liderar como exemplo reafirmando a nossa crença em um mundo multipolar onde a segurança não é privilégio de poucos, mas direito de todos”, discursou o chanceler brasileiro. Em sua exposição na reunião, Vieira citou conflitos em curso no mundo, como a guerra entre Rússia e Ucrânia e a contraofensiva de Israel em Gaza. “A situação devastadora nos territórios palestinos ocupados continuam sendo uma fonte de profunda preocupação”, disse o ministro.

EM 34 ANOS

RJ atinge menor índice de roubo de veículos

O Estado do Rio de Janeiro registrou, em março de 2025, o menor número de roubos de veículos para o mês desde o início da série histórica, em 1991. Segundo dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), foram 1.483 ocorrências no terceiro mês deste ano, o que representa uma queda de 38% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando 2.391 casos foram registrados nas delegacias do estado.

Outros indicadores também apresentaram redução. O número de roubos de carga caiu 2,3%, com 216 registros – o menor para março desde 1999. Já os homicídios dolosos somaram 270 mortes, uma redução de 3,2% em relação a março de 2024, atingindo o menor patamar para o mês desde 2022.

“Esse resultado reflete o esforço diário das polícias, que têm atuado em operações voltadas ao combate desses tipos de crimes, como é o caso da Torniquete e da Impacto. Vamos continuar investindo em inteligência, investigação e tecnologia, para diminuirmos ainda mais esses indicadores estratégicos”, afirmou o gover-

nador Cláudio Castro.

11 MIL PRISÕES

O esforço integrado das Polícias Civil e Militar também apresentaram ótimos resultados na produtividade policial nos primeiros três meses deste ano. Mais de 11 mil pessoas foram presas em flagrante, uma média de 122 por dia. Além disso, foram 6.090 registros de apreensão de drogas; 5.041 veículos recuperados, um aumento de 29% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre, os policiais apreenderam ainda 1.491 armas, sendo 189 fuzis.

“A queda nos principais indicadores de criminalidade, somada ao avanço da produtividade policial, reforça que estamos na direção correta. A integração das forças de segurança e o investimento em inteligência e tecnologia são pontos determinantes neste processo”, destaca a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz.

Roubo de veículo: 1.483 casos em março de 2025, na comparação com o mesmo período do ano anterior, a queda foi de 38%. Esse foi o menor número para o mês desde 1991.